

## SINOPSE DE REUNIÃO

### *“Reunião da Diretoria Colegiada do CBH Lagos São João”*

**Documentos convocatórios:** Ofícios CBHLSJ n.º 113, de 24 de julho de 2023; n.º 115, de 01 de agosto de 2023

**Data:** 03/08/2023

**Hora:** 10h

**Local:** Videoconferência (plataforma *JitsiMeet*)

**Presentes:**

**Membros:** Eduardo Pimenta (Universidade Veiga de Almeida/Presidente); Dalva Mansur (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável/Diretora do Subcomitê da Bacia do Rio Una); Caroline Fernandes (Concessionária Água de Juturnaíba/Vice-presidente); Edna Calheiros (Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS/Diretora do Subcomitê da Lagoa de Saquarema).

**Convidados:** Raquel Trevizam (Secretária Executiva do CILSJ); Cláudia Magalhães (Coordenadora Técnica-administrativa do CILSJ); Aline Rodrigues Ribeiro (Analista Técnica do CILSJ); Leonardo Nascimento (Analista Técnico do CILSJ); Samara Miranda (Assistente administrativo do CILSJ/CBHLSJ); Thaisa Azevedo (Assessoria de Comunicação do CILSJ/CBHLSJ); João Paulo Arruda (Prefeitura Municipal de Iguaba Grande); Fábio Rigueira (Assessor Jurídico do CILSJ).

**Pauta:**

- 1. Aprovação de sinopse de reunião anterior (18/04/2023);*
- 2. Aprovação de Matriz de Atividades e Execução do 1º semestre do Contrato de Gestão 61/2022;*
- 3. Alteração no quadro de RH de Equipe Técnica do CILSJ;*
- 4. Avaliação de solicitações de entrada no CBHLSJ: (UENF/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Social-Campos; APAGPLA; e ASAERLA);*
- 5. Avaliação do limite de 12 (doze) instituições por instâncias do CBHLSJ;*
- 6. Avaliação do 1º Período de Defeso 2023 (crustáceos);*
- 7. Assuntos Gerais.*

**Resumo:**

O Sr. Eduardo Pimenta, Presidente do CBHLSJ, iniciou a reunião agradecendo a participação de todos, em seguida, passou para **aprovação de sinopse de reunião anterior (18/04/2023)**. A mesma foi aprovada, sem ressalvas. Prosseguiu-se, então, para o **segundo item de pauta**, onde a Sra. Cláudia Magalhães, Coordenadora Técnica-administrativa, realizou a apresentação da Matriz de Atividades e Execução do 1º semestre do Contrato de Gestão n.º 61/2022 (CG 61/2022). Começou projetando o PAP do referido Contrato de Gestão que possuía a previsão de

repassa no período de 2023 a 2027 no valor total de R\$ 14.284.979,01 (Quatorze milhões duzentos e oitenta e quatro mil novecentos e setenta e nove reais e um centavo), sendo R\$ 2.690.641,10 (Dois milhões seiscentos e noventa mil seiscentos e quarenta e um reais e dez centavos) para o ano de 2023; R\$ 2.771.360,33 (Dois milhões setecentos e setenta e um mil trezentos e sessenta reais e trinta e três centavos) para o ano de 2024; R\$ 2.854.501,14 (Dois milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e um reais e quatorze centavos) para o ano de 2025; R\$ 2.940.136,18 (Dois milhões novecentos e quarenta mil cento e trinta e seis reais e dezoito centavos) para o ano de 2026; e R\$ 3.028.340,26 (Três milhões vinte e oito mil trezentos e quarenta reais e vinte e seis centavos) para o ano de 2027. Informou que no período de janeiro a junho de 2023 foi repassado pelo INEA o valor total de R\$ 1.541.521,69 (Um milhão quinhentos e quarenta e um mil quinhentos e vinte e um reais e sessenta e nove centavos), sendo R\$ 579.267,34 (Quinhentos e setenta e nove mil duzentos e sessenta e sete reais e trinta e quatro centavos) para o custeio; R\$ 152.865,93 (Cento e cinquenta e dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos), para a rubrica de monitoramento de corpos hídricos da RH VI; R\$ 26.464,53 (Vinte e seis mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) para a rubrica de Educação Ambiental e Comunicação Social; R\$ 84.288,64 (Oitenta e quatro mil duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) para a rubrica Ações de Diretoria; e R\$ 698.635,25 (Seiscentos e noventa e oito mil seiscentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos) para a rubrica de saneamento. Com exceção da rubrica de saneamento que havia a previsão de repasse para 2023 de R\$ 1.847.754,66 (Um milhão oitocentos e quarenta e sete mil setecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), logo aguardando repasse no valor de R\$ 1.149.119,41 (Um milhão cento e quarenta e nove mil cento e dezenove reais e quarenta e um centavo), todas as demais rubricas já receberam o valor total previsto no PAP para o exercício de 2023. Informou ainda que além do valor do repasse apresentado previsto no PAP, o CILSJ também recebeu no primeiro semestre repasses referentes ao recurso da CUTE, sendo o valor de R\$ 365,05 (trezentos e sessenta e cinco reais) referente a rubrica projetos, e o valor de R\$ 1.081.170,90 (Um milhão oitenta e um mil cento e setenta reais e noventa centavos) referente a rubrica Custeio da Delegatária, ressaltando que conforme deliberação do CERHI, o recurso da CUTE referente ao custeio, estava aplicado em conta para ser utilizado sob deliberação do CBHLSJ. Dando continuidade, a Sra. Cláudia Magalhães projetou o Plano Anual de Investimentos (PAAD) para o Ano de 2023, aprovado em dezembro de 2022, pela Plenária, chamando a atenção para o fato de que ainda faltavam três meses para o fim de vigência do Contrato de Gestão nº 01/2017, e que neste período ocorreram pagamentos e também rendimentos de aplicação, logo os valores dos saldos sofreriam alterações e não seriam os mesmos em dezembro de 2022. O saldo apresentado no PAAD aprovado pelo CERHI no valor total de R\$ 20.591.411,45 (Vinte milhões quinhentos e noventa e um mil quatrocentos e onze reais e quarenta e cinco centavos) foi formado pelo saldo de Outubro de 2022 no valor de R\$ 17.592.863,04 (Dezessete milhões quinhentos e noventa e dois mil oitocentos e sessenta e três reais e quatro centavos), pela previsão de repasse para o exercício de 2023 no valor total de R\$ 2.690.641,10 (Dois milhões seiscentos e noventa mil seiscentos e quarenta e um reais e dez centavos), somados ao valor previsto da compensação financeira para complementar o Custeio no valor de R\$ 549.412,09 (Quinhentos e quarenta e

nove mil quatrocentos e doze reais e nove centavos). Em seguida, a Sra. Cláudia Magalhães apresentou um espelho do PAAD ano 2023 alterando os saldos de outubro de 2022 para os saldos remanescentes em Dez/2022, demonstrando o saldo real do Contrato de Gestão nº 01/2017, que foi transferido para o Contrato de Gestão nº 61/2022. Expos que o valor total do saldo remanescente em dez/2022 foi de R\$ 17.455.126,96 (Dezessete milhões quatrocentos e cinquenta e cinco mil cento e vinte e seis reais e noventa e seis centavos), sendo que deste valor R\$ 107.853,79 (Cento e sete mil oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos) referia-se ao valor contingenciado pelo CILSJ para pagamento de despesas emergenciais, conforme disposto no Contrato de Gestão 01/2017 e também no Contrato de Gestão nº 61/2022. A Sra. Cláudia Magalhães acrescentou que tomou ciência da deliberação do CERHI - Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro – CERHI-RJ que limita o valor da compensação financeira para complementação do Custeio da Delegatária em R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais), desta forma readequou os valores das rubricas de custeio informados na terceira coluna do PAAD, no valor total de R\$ 549.412,09 para R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais), desta forma o valor real do PAAD para 2023 era de R\$ 20.487.914,27 (Vinte milhões quatrocentos e oitenta e sete mil novecentos e quatorze reais e vinte e sete centavos), que somados ao repasse da CUTE chegava em R\$ 21.676.938,96 (Vinte e um milhões seiscentos e setenta e seis mil novecentos e trinta e oito reais e noventa e seis centavos). Em seguida passou a apresentar o Programa de Trabalho, anexo do PAAD, com a previsão da execução física e financeira do Contrato e os critérios de avaliação. Apresentou o primeiro e segundo Indicadores que avaliavam a capacidade de planejamento e gestão da Delegatária em relação ao atendimento ao Comitê, mas especificamente no que diz respeito ao planejamento das reuniões e eventos do Comitê, assim como elaboração de documentos demandados por estas reuniões, ressaltando que os números das plenárias, reuniões e eventos foram discutidos e aprovados pelos membros do Comitê em Plenária. Em seguida apresentou o Indicador 3 cuja pontuação estava ligada a elaboração e aprovação pela plenária da Matriz de Atividades para os anos subsequentes do contrato, documento este que havia sido enviado previamente para análise da Diretoria e que seria lido posteriormente para aprovação; o Indicador 4 que diz respeito ao índice de recursos comprometidos com ações finalísticas, que até o momento correspondia a 45% do previsto, salientou as dificuldades encontradas na execução das obras de saneamento principalmente em relação a aprovação dos projetos executivos pela Prolagos e pelas Prefeituras, e que já havia uma provocação do CILSJ para que esse assunto fosse pauta da próxima reunião de saneamento, prevista para acontecer em 31 de agosto de 2023, onde seriam traçadas estratégias para melhorar a execução dos recursos. A Sra. Raquel Trevizam acrescentou que realizou uma reunião com o Presidente do CBHLSJ para mantê-lo atualizado dessa e outras situações, e reiterou que as problemáticas relacionadas ao saneamento seriam discutidas na instância pertinente, ou seja, na Câmara Técnica de Saneamento. Em seguida apresentou o Indicador 5 que diz respeito ao índice de recursos comprometidos em sua totalidade, ou seja, recursos comprometidos em projetos finalísticos somados ao comprometido com custeio e com ações de Diretoria que chegou a 43%; em seguida apresentou o Indicador 6 que diz respeito a taxa de administração real da Delegatária que chegou a 76%; O Indicador 7 que diz respeito ao Índice de cumprimento pela Delegatária

das recomendações da Comissão de Avaliação do Contrato, fato que não ocorreu no primeiro semestre de 2023, neste momento a Sra. Dalva Mansur, questionou se teria saldo suficiente para cobrir os gastos com as demissões. A Sra. Cláudia Magalhães respondeu que tais gastos já estavam incorporados nos valores apresentados e a Coordenação tinha controle sobre os mesmos, entretanto, se por ventura o valor previsto fosse ultrapassado, poderia ser utilizado o recurso de contingência. Em seguida, a Sra. Dalva Mansur questionou se a prestação de contas apresentada foi encaminhada ao Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ). A Sra. Cláudia Magalhães respondeu que a Secretária Executiva responderia ao questionamento e atentou que era necessário definir a nova composição do Grupo de Acompanhamento do CG 61/2022 (GACG nº 61/2022), uma vez que a composição da Plenária do CBHLSJ foi renovada. A Sra. Dalva Mansur destacou que o Conselho Fiscal, para o exercício de 2023 a 2025, não foi eleito, sendo assim, o Conselho Fiscal anterior ainda estava vigente e alertou que a Diretoria Colegiada não podia aprovar a prestação de contas sem antes ter o parecer do Conselho Fiscal. A Sra. Cláudia Magalhães informou que a prestação de contas do CILSJ era encaminhada ao seu Conselho Fiscal, para análise e aprovação, e a do CBHLSJ era avaliada e aprovada pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), pelo Ministério Público e pelo GACG nº 61/2022. A Sra. Dalva Mansur afirmou que a prestação de contas do CBHLSJ era avaliada pelo Conselho Fiscal do CILSJ, também. A Sra. Raquel Trevizam informou que em breve seria realizada uma nova reunião do Conselho de Associados do CILSJ para definir o Conselho Fiscal para o exercício de 2023 a 2025. Ao final da apresentação, a Sra. Cláudia Magalhães abordou sobre o quadro de equipe do CILSJ que atende o CG nº 61/2022, o qual era insuficiente levando em conta ao volume de demandas do CG, e por isso, estava sobrecarregada, ainda mais com a saída da Coordenadora de Projetos, impactando negativamente na execução dos projetos. Diante disso, após alinhamento com a Secretária Executiva do CILSJ e com Presidente do CBHLSJ, sugeriu a revisão do PAP – Plano Plurianual de Investimentos, visando incluir o escritório de projetos e readequar algumas rubricas, considerando a lei que reduziu o percentual obrigatório de investimento em saneamento, para, assim, conseguir atingir as metas. A Sra. Raquel Trevizam corroborou com a fala da Sra. Cláudia Magalhães, parabenizando o empenho e comprometimento da equipe que atende o CBHLSJ, salientando que uma equipe com déficit e sobrecarregada não trazia bons resultados para aquilo que o Comitê deliberava, dada a importância do mesmo junto às políticas públicas. Desta forma, era necessário fazer um esforço para dar encaminhamento na revisão do PAP de maneira célere, para possibilitar o atingimento das metas de forma mais palpável. Em seguida, comentou que, foi realizada uma visita recente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), visando obter apoio financeiro para otimizar contratação e produção de editais. A Sra. Dalva Mansur atentou que o Comitê não podia adquirir financiamentos oriundos do BNDS. A Sra. Raquel Trevizam elucidou que o financiamento seria adquirido através do CILSJ, pois o mesmo era um ente administrativo. O Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a Sra. Cláudia Magalhães pela apresentação, em seguida, colocou em votação a aprovação da Matriz de Atividades do Contrato de Gestão nº 61/2022. A mesma foi aprovada pela maioria dos Diretores presentes, com abstenção da Diretora Dalva Mansur. Avançou-se para o terceiro item de pauta, **sobre a alteração no quadro de RH de Equipe Técnica do**

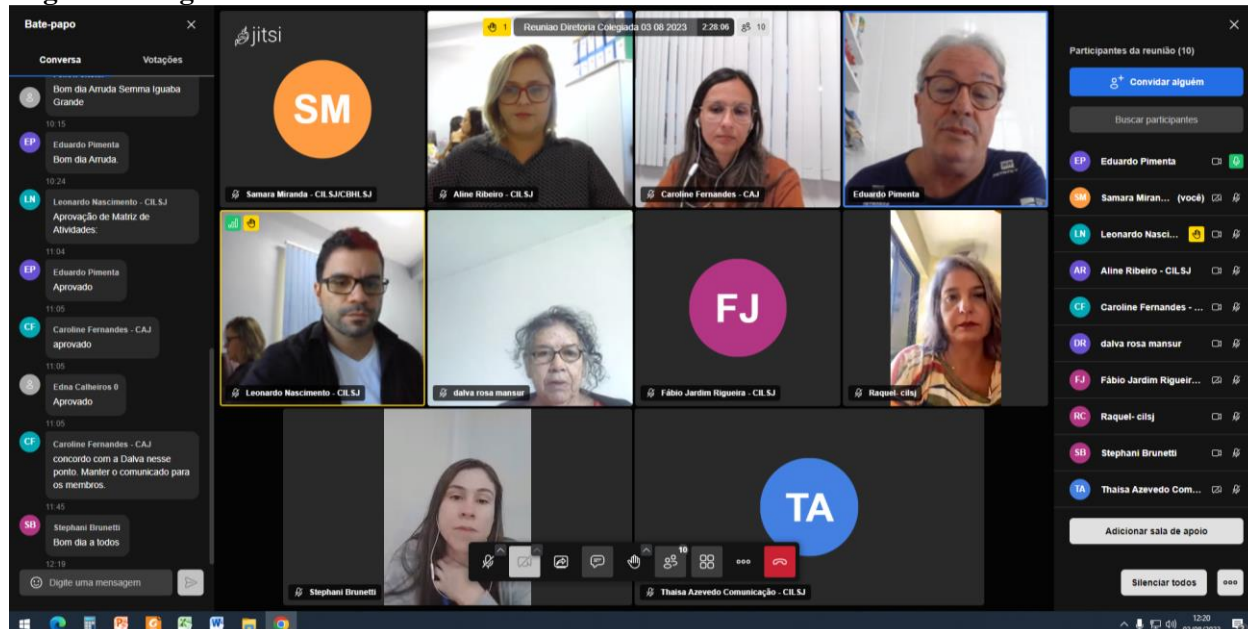
**CILSJ.** A Sra. Cláudia Magalhães informou que por uma questão de gestão, visando o atingimento das metas, foi necessária uma adequação no quadro da equipe técnica que atende o CBHLSJ, sendo realizada a substituição da Analista Técnica Jéssica Berbat pela nova Analista Técnica Aline Rodrigues Ribeiro Lima, terceira colocada do Edital de Seleção de Pessoal nº 02/2022. Logo após a Sra. Aline Rodrigues se apresentou, recebendo os votos de boas vindas de todos. Seguiu-se para o quarto ponto de pauta, sobre **avaliação de solicitações de entrada no CBHLSJ: (UENF/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Social-Campus; APAGPLA; e ASAERLA)**. A Sra. Dalva Mansur questionou se a Comissão Eleitoral do CBHLSJ avaliou a documentação das instituições. O Sr. Eduardo Pimenta explicou que o assunto foi colocado na pauta da reunião da Diretoria, para esclarecer alguns pontos: no caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), por se tratar de uma situação fora do padrão, onde a mesma não tinha sede dentro da Região Hidrográfica VI (RH VI), e após investigação, verificou que se tratava de um subterfúgio para possibilitar a participação dos integrantes do Projeto Pescarte no Comitê, projeto este que era realizado nos municípios da RH VI. De toda forma, não julgava cabível a inscrição da instituição; com relação a inscrição da Associação dos Pescadores Artesanais de Gancho de Peixes da Laguna de Araruama (APAGPLA), proferiu que queria compreender o motivo que levou a Sra. Dalva Mansur, no papel de Coordenadora da Câmara Técnica Institucional Legal (CTIL), a dar parecer negativo a entrada da instituição; e a solicitação de inscrição da Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos (ASAERLA) foi realizada de última hora. Sobre a inscrição da APAGPLA, a Sra. Dalva Mansur explicou que no momento da avaliação da documentação não foi apresentado toda a documentação necessária para uma associação da sociedade civil, reiterando que a documentação deveria ser analisada previamente pela Comissão Eleitoral do CBHLSJ, pois tal atribuição não deveria ficar a cargo da Diretoria Colegiada. O Sr. Leonardo Nascimento destacou que no Art. 46, parágrafo único, do Regimento Interno do CBHLSJ, dizia que “havendo vagas não preenchidas após o processo eleitoral, estas poderão ser ocupadas e caberá à Diretoria Colegiada aplicar os critérios e procedimentos previstos no Edital vigente para o biênio”, e por esse motivo, o assunto foi colocado na pauta da reunião da referida instância para definir o procedimento a ser aplicado. A Sra. Raquel Trevizam salientou que a APAGPLA manifestou interesse em se inscrever tanto para Usuário de Água quanto para Sociedade Civil, contudo, a instituição não apresentou toda a documentação necessária, exigida no Edital do Processo Eleitoral – biênio 2023-202, para concluir sua inscrição como Sociedade Civil, e por isso, optou em prosseguir com a inscrição como Usuário de Água, uma vez que atendia a todos os requisitos para este segmento. No entanto, mesmo assim a CTIL decidiu indeferir a inscrição. A Sra. Dalva Mansur expressou que não era contra a entrada da instituição, desde que fosse apresentada os documentos de sociedade civil, sendo eles, o estatuto e a ata da eleição da sua diretoria vigente. O Sr. Leonardo Nascimento colocou que o procedimento de levar as novas inscrições, após o encerramento do Processo Eleitoral, para avaliação da Comissão Eleitoral precisava ser aprovado pela Diretoria, haja vista que esse não era o entendimento da Delegatária. A Sra. Dalva Mansur afirmou que nenhuma instituição entrou sem passar pela avaliação da Comissão. O Sr. Leonardo Nascimento proferiu que as instituições que entraram após o encerramento do Processo Eleitoral não tiveram sua documentação avaliada pela

Comissão. A Sra. Raquel Trevizam ratificou a fala do Sr. Leonardo Nascimento, complementando que no Regimento interno não estava previsto tal procedimento. A Sra. Dalva Mansur externou que tal fato era um erro e pediu que fosse colocada na pauta da CTIL a revisão do Regimento Interno para verificar esse item, além de outras inconsistências. Por fim, ficou deliberado que seria levado à CTIL a avaliação das solicitações de entrada da APAGPLA e da ASAERLA, apenas, sendo a solicitação de entrada da UENF indeferida. Dando prosseguimento, passou-se para o quinto item de pauta, sobre a **avaliação do limite de 12 (doze) instituições por instâncias do CBHLSJ**. O Sr. Eduardo Pimenta contextualizou que o Regimento Interno limitava a quantidade de instituições para compor as Câmaras Técnicas do Comitê, cerceando a participação de instituições de grande representatividade e importância nas discussões de determinadas pautas, exemplificando o caso da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura (CT Pesca), onde a FIPERJ ficou de fora da composição oficial da instância, sem direito a voto, e seria deselegante solicitar que uma instituição abrisse mão da sua cadeira para outra entrar. Propôs então, aumentar o limite da composição. A Sra. Dalva Mansur opinou que 12 (doze) instituições eram muita coisa, tendo em vista a natureza técnica das CT's, devendo ser composta apenas por pessoas qualificadas sobre o assunto objeto da discussão. Em seguida, questionou se todas as instituições inscritas frequentavam as reuniões, ressaltando que no Regimento estava previsto o desligamento de instituições após 3 faltas consecutivas. O Sr. Leonardo Nascimento comentou que no caso da CT Pesca, instância que discute assuntos relacionados à pesca, havia inscrita apenas 4 instituições de pesca em um cenário de 7 instituições na Plenária do Comitê, sendo as demais impedidas de integrarem a instância devido a limitação, além da FIPERJ que era uma instituição voltada para pesca. A Sra. Dalva Mansur defendeu que muita gente na Câmara Técnica resulta na perda de foco da discussão, e que a composição deveria ser selecionada. Com relação ao questionamento da Sra. Dalva Mansur acerca da frequência das instituições nas CT's, o Sr. Leonardo Nascimento respondeu que a para a maioria das CT's não havia sido realizada uma quantidade de reuniões suficientes para efetuar o desligamento de instituição. Além disso, no Regimento Interno previa que em caso de três faltas consecutivas o procedimento a ser seguido era acionar a instituição sobre o ocorrido, dando a oportunidade da mesma realizar a substituição de seus representantes, e se ainda assim as faltas continuassem, poderia ser realizada o desligamento automático. Diante do exposto, ficou deliberado que seria seguido o procedimento estabelecido no Regimento Interno. A Sra. Dalva Mansur informou que o IPEDS abria mão da sua vaga junto a CT Pesca, uma vez que sua representante estava impossibilitada de participar das reuniões por motivos pessoais e não tinha outra pessoa para colocar em seu lugar. Foi informado que a vaga do IPEDS seria disponibilizada à próxima instituição na fila de espera, a saber, a Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia. Em seguida, a Sra. Samara Miranda contextualizou sobre o procedimento adotado pela Entidade Delegatária, no que tange ao envio de comunicações relacionadas às instâncias do Comitê (Subcomitês, CT's e GT'), explicando que a orientação inicial era que seria encaminhado somente aos representantes indicados pelas instituições membros da instância. Contudo, algumas pessoas que não eram representantes da instância estavam indagando o motivo de não receber as comunicações. Sendo assim, questionou se permaneceria com envio das comunicações somente aos representantes ou se o enviado seria

aberto a todos os membros da Plenária. Ficou deliberado que as comunicações seriam enviadas somente aos representantes das instituições membros da instância, e havendo o interesse de alguma instituição não membro em participar nas reuniões, a solicitação deve ser realizada previamente, sendo a participação somente como ouvinte, sem direito a fala. Dando continuidade, seguiu-se para o sexto item de pauta, sobre a **avaliação do 1º Período de Defeso 2023 (crustáceos)**. O Sr. João Paulo Arruda contou sobre a experiência e os frutos colhidos do 1º período de defeso dos crustáceos, e que apesar das dificuldades, foi possível obter êxito, mesmo com o Acordo de Cooperação Técnica para gestão integrada da Lagoa de Araruama vencido. Por fim, agradeceu o empenho da Secretária Executiva em proporcionar a renovação do Acordo e o suporte dado pela entidade Delegatária. O Sr. Eduardo Pimenta ressaltou a importância e os desafios do trabalho realizado pelo Sr. João Paulo Arruda, que era executado com muito empenho e comprometimento pelo mesmo, e que era fundamental dar todo o suporte necessário para conseguir executá-lo da melhor forma. Em seguida, o Sr. João Paulo Arruda expos a estrutura disponível (equipe, barco, combustível, alimentação, etc.) e o planejamento para realização do defeso do pescado, durante os meses de agosto a outubro de 2023. Em seguida, fez os seguintes apontamentos: expôs sobre a necessidade de uma mobilização visando implantar uma delegacia móvel dedicada exclusivamente para receber os registros oriundos das ações de fiscalização na lagoa de Araruama, pois se perdia muito tempo nas delegacias dos municípios; solicitar o apoio dos órgãos do governo federal, estadual e municipal, pois era importante realizar a fiscalização na lagoa o ano inteiro; e encontrar uma forma de gratificar os guardas que atuam na fiscalização. A Sra. Raquel Trevizam agradeceu o empenho dos municípios em assinar o Acordo de Cooperação, a participação dos guardas que atuam na fiscalização e o Sr. João Paulo Arruda pelo apoio e trabalho realizado, e se colocou a disposição no que fosse preciso. Passando para **Assuntos Gerais**, O Sr. Eduardo Pimenta solicitou que a Sra. Dalva Mansur excluísse o perfil homônimo do CBHLSJ, no Facebook, em sua tutela, pois estava sendo feita publicações incompatíveis com a política do Comitê. A Sra. Dalva Mansur informou que tentou excluir a conta, mas não obteve sucesso, no entanto, faria uma nova tentativa. O Sr. Eduardo Pimenta solicitou à Entidade Delegatária o encaminhamento de um documento formalizando a solicitação de exclusão do perfil. Em seguida, a Sra. Dalva Mansur sugeriu realizar uma moção de aplausos a todos os guardas que atuam na fiscalização da lagoa de Araruama. Dando continuidade, a Sra. Caroline Fernandes, vice-presidente do CBHLSJ/representante da Concessionária Águas de Juturnaíba, explanou sobre a carta encaminhada pela Concessionária Prolagos a respeito da qualidade da água do manancial, assunto que foi amplamente discutido na II oficina realizada em Silva Jardim, propondo uma revisão dos pontos de coleta do projeto de monitoramento do Comitê, haja vista que a CAJ e a Prolagos realizavam o monitoramento no Reservatório, visando a otimização do monitoramento e evitar, assim, que mais de uma instituição monitore o mesmo ponto. O Sr. Eduardo Pimenta corroborou com a fala da Sra. Caroline Fernandes, e informou que solicitou a Delegatária a realização de uma reunião técnica envolvendo a CAJ, a Prolagos, as Prefeituras dos municípios entorno do reservatório, o ICMBio, o INEA, o representante da associação de pescadores que atua na região, a equipe técnica do CILSJ, o coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento das Águas do CBHLSJ e demais atores envolvidos, para discutir a melhor

distribuição dos pontos de coleta, objetivando traçar um plano de diagnóstico mais eficiente. O Sr. Leonardo Nascimento destacou que o 2º ano do projeto de monitoramento do Comitê já havia iniciado, no entanto, diante das colocações realizadas na presente reunião, considerava de suma importância que o Comitê se programasse para ampliar a rede em um novo programa de monitoramento mais abrangente, visto que havia a perspectiva da realização do enquadramento do Rio São João, porém, era preciso que tal programa já fosse definido pelo Comitê, no que tange aporte de recursos e procedimentos. Completou que o CILSJ estava trabalhando nos detalhes, tendo em vista todo o processo necessário para contratação de uma empresa para executar o serviço. O Sr. Eduardo Pimenta externou que o assunto seria debatido na reunião técnica supracitada. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião.

### Registro Fotográfico:



**Relator:** Samara Miranda, revisada por Cláudia Magalhães

**Elaborado em:** 14/08/2023

**Aprovado em:** 08/11/2023



**EDUARDO GOMES PIMENTA**

Diretor-Presidente do CBHLSJ